

Escritos pelas paredes

Luciano Figueiredo

A capitania das Minas foi prolífica na produção de mensagens escritas – os pasquins – de veiculação clandestina que promoviam a desobediência às autoridades ou a difamação de desafetos, constituindo um meio de comunicação que serviu tanto às rebeliões quanto ao poder colonial.



“Em todas as partes e em todos os tempos, as autoridades criaram óbices à circulação dos escritos tidos como perigosos, o que entretanto nunca impediu que tais escritos fossem lidos e até às vezes muito lidos.”
Eduardo Friero, *O diabo na livraria do cônego*, 1945. p. 19.

“[...] o fato é que os libelos proliferaram em toda parte nos primórdios da Europa moderna.”
Robert Darnton, *O diabo na água benta*, 2012. p. 309.

> Um dos principais combustíveis que inflamaram as sedições mineiras no século XVIII era feito de papel. Papel e tinta. Ao lado dos rumores ao pé do ouvido nutridos pelo ódio contra as novidades que eram ventiladas mal as autoridades punham os pés em Minas e dos anúncios intermináveis de novos tributos, pedaços de papel manuscritos recheados de palavras incendiárias convocavam os leitores e a comunidade política a reagir.

Raríssimos exemplares originais desses pasquins restaram nos arquivos luso-brasileiros, tornando especialmente desafiadora a tarefa de escrever sobre eles. Mesmo as cópias de época, disponíveis em códices manuscritos, não são fáceis de encontrar. Felizmente, no entanto, há grande volume de registros sobre o aparecimento de papéis sediciosos em diversos lugares do reino e do seu império colonial. Na cultura política da Europa de modo geral, os instantes de tensão estiveram marcados por uma circulação ativa de pasquins difamando autoridades, cobrando intervenção popular e, por vezes, vaticinando desfechos tão radicais quanto improváveis.

Assegurada pelo anonimato, a linguagem empregada nesses escritos é intrépida e destemida, atropelando o respeito estamental e hierárquico. Por isso eles descortinam, mediante a força da palavra, as formulações mais áspers, que raramente emergem em outras fontes, a respeito da ordem política.

Se raros são os exemplares desses pasquins que sobreviveram ao tempo, difícil também é encontrar uma definição precisa para eles, especialmente os que circularam no século XVIII. Como é comum acontecer, as ruas e os homens nem sempre acompanham os dicionários. Em seu precioso *Vocabulário* (1728), Raphael Bluteau fixa como “pasquim” um “dito picante, posto em papel, e publicamente exposto”, para em seguida detalhar que os portugueses costumavam chamar “pasquinadas” a “todas as sátiras, piques, e pedradas que ocultamente se dão às pessoas, de que se não pode dizer mal às claras”.¹ No fim do século a palavra “pasquim” aparece, visivelmente depurada por Antonio de Moraes Silva (1789) em seu *Diccionario*, como “sátira por escrito pregada nas ruas, ou portas”.² É pouco para definir esses papéis.

Na América portuguesa, e nas Minas, a designação de pasquim quando associada às rebeliões foi muito mais ampla, denunciando o comprometimento discreto daqueles letrados dedicados a domar a palavra com o não emprestar a esse escrito o aspecto de crítica política popular, com múltiplas formas e dirigidas não apenas a “pessoas” em geral, mas sobretudo a autoridades do governo monárquico, ocasionalmente ao próprio soberano. Seu gênero tampouco é, obrigatoriamente, o satírico. E tampouco esteve sempre destinado à função de infamar.

“Pasquim”, no vocabulário corrente daqueles que conviveram com as revoltas e resistências na cultura política luso-brasileira do século XVII e na primeira metade do XVIII, é um termo capaz de abarcar qualquer papel manuscrito de publicação descontínua com textos ou desenhos, independentemente do gênero que adota, anônimo ou sob falsa autoria, fixado em local de ampla visibilidade – mas também distribuído para leitura pública – com críticas políticas, de natureza pessoal ou não.

Diante do historiador, esses papéis giram em meio a um turbilhão de outros escritos que as revoltas

provocaram. Sedições populares foram, um dia, momentos imprevisíveis nos quais a ordem do mundo parecia ficar de cabeça para baixo. O desassossego de uma sociedade sob o Antigo Regime é episódio grave que expõe, perante o soberano que julga, não somente os amotinados que saem às ruas, como as autoridades que os enfrentam.

Resultado disso são, muitas vezes, batalhas de tinta em que se digladiam versões nas quais todos os implicados se justificavam: os sediciosos a reclamar de ruínas e do desespero, os governadores a detratar o caráter do povo e a falta de recursos para uma contenção. Com tanta coisa em jogo não se economiza no verbo. As palavras são carregadas de uma tonalidade dramática que, quase sempre, esteve muito longe do evento que se passou. Quando alcançavam o suporte escrito, essas narrativas tinham a obrigação de persuadir, exigência que mobilizava necessariamente ênfases e linguagens que enganam os intérpretes mais desavisados.

Pasquins integram uma imensa cadeia de papéis que as rebeliões produzem. Essa produção documental, apresentada aqui sob os riscos da generalização, guarda três instantes, circunscritos geográfica e cronologicamente. O primeiro deles corre em paralelo aos dias da sublevação, quando autoridades disparam cartas para buscar nas proximidades apoio imediato para reação, redigem termos com punição ou perdão; de sua parte, os amotinados escrevem manifestos públicos ou papéis para circular de mão em mão a fim de mobilizar a sociedade e preparar capítulos com as reivindicações a serem negociadas. O segundo vem na sequência, ao cabo de alguns meses, com o cenário do protesto arrefecido, alcançando os conselheiros régios em Portugal, trazendo as narrativas circunstanciadas de governadores e os densos pareceres a respeito da revolta, sobretudo os do Conselho Ultramarino. O último dos momentos está há alguns anos distante dos acontecimentos: servidores do soberano incluem relatos

de sua valentia na repressão a motins pretendendo receber mercês régias; ou atores que os encenaram escrevem memórias e tratados destinados a constituir o imaginário político dos eventos.³

Europa e Brasil: papéis sediciosos

Dessa massa de papéis escapam os pasquins, talvez entre todas a escrita mais frágil, algumas vezes volátil, como a matéria de que eram feitos. Sua fragilidade, condenando-lhe a sobrevivência física, esconde as inovadoras circunstâncias que rondaram a expansão dessa forma de escrito a partir do século XVII. Pasquins foram a expressão da palavra dos novos sujeitos que passaram a participar da vida política europeia. O homem, no dizer de José Antonio Maravall, “postula uma intervenção”.⁴ A política gradativamente se torna um espaço de participação ampliada:

Esse ocupar-se de política, que no século XVI havia sido próprio de conversas e escritos de altos burocratas, letrados, cavalheiros, cortesão e pessoas ilustres, agora se generaliza e democratiza, passa a ser entretenimento ordinário. As pessoas falam publicamente e, considerando-se com capacidade para tanto, criticam a administração dos que mandam.⁵

Papéis circulam com frequência na Espanha conforme se adensam a crise política e os protestos em finais do século XVI e início do século XVII, segundo Maravall:

[...] com frequência circulavam papéis maldizendo o governo, criticando e mesmo ridicularizando o rei. [...] São colocados nos muros de algumas igrejas, em praças, nas esquinas, até no palácio. Por todos os rincões públicos se vêem panfletos pintados [...] que maldizem o rei e seus ministros.⁶

Nos domínios lusitanos, em plena União Ibérica, a ideologia política que sedimenta o encaminhamento da ruptura com a Espanha convoca os súditos cristãos a participarem. Tratava-se, nas palavras de Luis Torgal, de um dever ético.⁷ Em Portugal as palavras de um panfleto que reagia à tirania do conselheiro de dom Afonso VI pedia:

Paschim [sic].

Que amanheceo a 4 de outubro de [1]667.
andando o Povo amotinado contra
as traycoens do Conde de Castel m.or

Justiça, Povo, justiça; porque Deus a quer,
porque não é tirano. E como se deitou o Conde
do Paço? Por vos vender a paz por quinhentos
mil cruzados; e intentando matar a SMg/de seu
Rey e ao Infante com veneno. [...]

Justiça, Povo, justiça, porque senão offende
ninguém em pedir justiça. Correy ao Paço a
pedilla a SMg/de que Deus guarde, antes que
suceda algum grande trabalho.

A justiça tudo faz

E sem ella não há paz.⁸

Tornaram-se correntes desde o século XVII pasquins como esse, deixados em locais públicos sob a escuridão noturna para convocar a população a se mobilizar no dia que amanhecia. O clima de descontentamento que se espalhava nos territórios coloniais foi também empolgado por palavras disparadas nesses escritos ingentes e incendiários. O estudo de Emanuel Araújo sobre o tema descobriu que o primeiro pasquim em terras brasileiras apareceu em 1587, na vila de São Jorge dos Ilhéus, Bahia, da lavra de um camponês ortodoxo criticando a forma de benzer praticada pelos padres da região.⁹

Em Angola, nas primeiras décadas do século XVII, há notícia acerca dos culpados por “um pasquim que

se fez contra um religioso”, da ordem Franciscana, visto em consulta da Mesa de Consciência e Ordens e no Conselho de Estado, motivando Carta Régia de 3 de junho de 1626.¹⁰ Tentavam ali cumprir a lei que coibia as “cartas difamatórias”, papéis anônimos que circulavam em forma de trovas com críticas a autoridades ou a pessoas das relações diretas do autor. As *Ordenações Filipinas* de 1603 já cominavam penas a esse delito: “alguns escritos de trovas e outras cartas de maldizer se lançam em alguns lugares para se darem ou dizerem àqueles de que desejam difamar”.¹¹

Em Salvador, Bahia, algumas décadas depois, o arcebispo e outra figura da alta hierarquia local, cujos nomes os documentos não revelam, são alvos de um “pasquim infamatório” que circula pela cidade, “em que se falava também em certa pessoa de grande qualidade, e autoridade”. O próprio governador e capitão-geral do Estado do Brasil, marquês de Minas – sugerindo que “convinha se fizesse demonstração” –, pede ao Tribunal da Relação que tome medidas para “averiguar quem havia feito o dito pasquim, e cooperado nele”, decidindo a corte abrir uma devassa.¹²

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, em São Luis, pasquins foram decisivos para desgastar a imagem dos comerciantes monopolistas que se beneficiavam da Companhia de Comércio, criada em 1682, com privilégio para controlar o comércio em toda a região por 20 anos. Seus administradores, detentores do privilégio, porém, mostraram-se incapazes de abastecer o mercado, criaram dificuldades para escoar a produção local e interferiram no mercado de mão de obra indígena.¹³ A situação econômica chegara ao insuportável e a ela reagiram os senhores de engenho, ao lado dos mercadores locais e algumas das ordens regulares. Na conspiração – gestada em vários encontros realizados no convento dos capuchinhos pelo português Manuel Bequimão – preparou-se o clima para a revolta que explodiria em uma madrugada de fevereiro de 1648.

Carta de Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de Minas Gerais, a respeito da circulação de obra sobre os princípios da Revolução Francesa, Vila Rica, 12 de julho de 1799. Arquivo Público Mineiro, Coleção Casa dos Contos – CC – cx. 27, planilha 10543, folio 509. Belo Horizonte/MG.

5

Não podendo Sua. Mag. revista meio
algun que tenha directa, ou indirectamente, a perpetuar o
go, e felicidades do seu Vasallos, estando sido traduzida em Senhores
em Portuguez huma obra, em que energicamente se manifestam
os abominaveis principios existas do actual Governo da Franca,
a. Vermea Senhora me mandou remeter hum grande nu-
mero de exemplares para ser distribuido nesta Capitania,
afim que todos os seus fideis Vasallos seja notorio, e constan-
te, que tais odiosos, e tao horrendos são os crimes, que tem carac-
terizado a dita Revolução Françoza, manchado a gloria
Nação, que athe os meos Americanos detestão, e abor-
recem com indignação apessima Doutrina, e as maximas
mais depravadas ainda, do quele fero, e perfido Governo. Por
tanto remeto a Vm. alguns dos mesmos Exemplares inclu-
zo para o fazer publico quanto for possível no seu Ter-
mo. Deo guarde a Vm. Villa Rica 12 de Julho
de 1799

Bernardo José de Lorena

Para a mobilização dos grupos populares os líderes não poupam esforços, acionando frades e clérigos que fazem sermões defendendo o direito à resistência e encenam comédias burlescas “em que os assentistas e os seus parciais figuravam de fariseus”.¹⁴ Tomás Bequimão, poeta satírico segundo João Francisco Lisboa, para desgastar ainda mais junto aos moradores as figuras odiadas responsáveis pelo monopólio, redige inúmeros pasquins injuriosos contra os assentistas¹⁵ da cidade de São Luis.¹⁶

Em sua memória a respeito da rebelião, Francisco Teixeira de Moraes não deixa de conectar a força das palavras nesses escritos efêmeros com a violência, ao mencionar “os pasquins que nos lugares públicos se haviam visto, em que se condenava o estanco por arruinador da república, e se acusavam os padres da companhia, reconhecendo-se nos escritos o ódio e também a maliciosa astúcia de seus autores com que pretendiam para a comoção dispor e provocar o povo”.¹⁷ Parece que funcionaram. Com a deflagração da revolta, depois de suspenderem o estanco da Companhia de Comércio, a agitação nas ruas invade os armazéns com gêneros monopolizados e por pouco não os saqueiam “pretextando os roubos que os assentistas haviam feito ao povo”.¹⁸

Pasquins e sátiras alimentaram em Pernambuco os conflitos interpessoais desde pelo menos a crise que levou à deposição do governador Jerônimo de Mendonça Furtado, em 1666.¹⁹ No início do século seguinte, durante os conflitos de 1710 entre mascates e a nobreza açucareira ao redor de Recife e Olinda, que levam o procurador da Câmara de Recife a ser surrado por mascarados em plena rua, um “pasquim ameaçador” apareceu avisando que os aliados da mascataria teriam o mesmo destino, segundo Evaldo Cabral de Mello.²⁰ Mais tarde, quando a sedição da nobreza se mostrava iminente, aparecem afixados nas portas das igrejas da cidade e na Zona da Mata

pernambucana escritos assinados pelo “povo de Pernambuco”.²¹ Acusam as “insolências e perseguições e traições do senhor Sebastião de Castro e Caldas” e convocam todos para participar da rebelião, avisando sem meias palavras que seriam considerados “por traidores a todos os que faltarem para esta ação [do levante], com pena de serem [considerados] traidores, seus bens confiscados e presos, conforme for o arbítrio do povo”.²²

Durante a tarde de violência que marcou a Revolta do Maneta na Bahia, a turba – de acordo com os relatos dos membros da Câmara ao Rei – teria sido motivada por um pasquim que apareceu fixado na praça, no qual se liam os nomes dos responsáveis pelo lançamento dos novos tributos, a destruir os depósitos de sal, saquear as casas de alguns homens de negócio da cidade, quando jogam móveis e gêneros estocados em armazéns na rua, e cercar o palácio do governador.²³

Em São Paulo, ao governador D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão – o morgado de Mateus – parecia certo de que havia, em 1767, por trás dos pasquins que o atacam o dedo dos membros da câmara da cidade e dos jesuítas. Mesmo tendo sido a Companhia de Jesus expulsa do reino e do Império – “jesuítas ocultos que ainda me parece que aqui há”. Os papéis, com versos, além de serem afixados na porta da igreja onde o governador iria presidir a cerimônia de aniversário do rei, correram a cidade em vários pontos.²⁴ Segundo palavras do governador, te-lo-iam chamado “de destruidor do Povo, [d]as lavouras, chamando-me de ‘carreiro’, [d]as Vilas, chamando-me ‘Fidalgo de Aldea, e de meia tijela’, e outros vários impropérios indignos de pôr na presença de V. Exa”.²⁵ Na troca de correspondência com o conde de Oeiras, o morgado de Mateus segreda que o teor da crítica pouco tinha de ataque pessoal, mas dirigia-se às “disposições principais do meu governo em que executo as reais Ordens de Sua Majestade”.²⁶

Pasquinadas mineiras

“Na cidade barroca, levantam-se templos e palácios, organizam-se festas [...] Nela existem academias, celebram-se certames, circulam folhetos, pasquins, libelos, que são escritos contra o poder ou que o poder inspira.”²⁷ Maravall parecia escrever nesses termos sobre Minas. A cultura política das rebeliões mineiras, com sua extrema intensidade e frequência inquietante no século XVIII, reavivam a tradição dos pasquins. A vasta rede de núcleos urbanos, a mobilidade física e hierárquica dos grupos sociais e os descontentamentos latentes potencializaram a tradição das pasquinadas.

O conde de Assumar, nomeado governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desde que pisou o território mineiro, ficou atento a esse tipo de escrito. Mal terminara uma das primeiras juntas que o governador presidira para acertar a cobrança dos quintos (abril, 1718), aparece em Vila Rica um papel anônimo – redigido possivelmente por oficiais da câmara da vila – contestando as decisões tomadas na reunião, “urdindo alguma máquina para se dar volta a tudo o que se assentou na junta”.²⁸

No rio das Velhas, no mesmo ano – diante da boataria que o velho emboaba Manuel Nunes Viana espalha levando a notícia de que o governador acrescentara 10% sobre todo tipo de consumo além do quinto que pagariam – fazem-na os descontentes circular pelo sertão, segundo escreveu o governador, “pondo pasquins em várias partes [comunicando] que morresse quem pagasse quintos”.²⁹

Pasquins reaparecem na revolta de 1720, ameaçando com castigo aqueles que aceitassem o pagamento dos quintos nas casas de fundição. Um dos soldados empenhados na repressão ao motim relata em sua folha de serviços que recebera ordem do governador para que “fosse rondar a dita vila [Rica] de noite” para assegurar o

fim dos tumultos. Com isso, destaca, “cessaram as vozes e papéis que apareciam, [ameaçando] de que haviam de ser castigados os que pagassem os ditos quintos”.³⁰ Outro soldado, entre os que foram encarregados da prisão dos amotinados em Vila Rica, narra em sua folha de serviço que “depois de castigada a rebelião quiseram os rebelados inquietar os povos pondo pasquins de noite e espalhando vozes sediciosas”.³¹

A mesma situação foi narrada por Assumar em carta ao governador do Rio de Janeiro. Com a agudeza e a precaução habituais do conde, seu registro traz pistas sobre a função dos pasquins e sua relação com os momentos de crise na ordem política. Em janeiro de 1721, aplacada a rebelião, presas no Rio de Janeiro as lideranças, suspensa a implantação das Casas de Fundição, alarmado, o conde adverte seu colega da capitania vizinha para os riscos de novas sedições em “todas as comarcas”. Os mecanismos de mobilização para “envolver nelas [nas sedições] o povo” eram as notícias de que o governador insistia, mesmo depois da Revolta de Vila Rica, na criação das Casas de Fundição, “porque já em Vila Rica e em outras partes se tinham publicado vários pasquins induzindo neles o povo para que não pagassem os quintos que de Sua Majestade se principiam a cobrar”. Lembra ainda os efeitos do rumor “de onde se vê que os malvados, e sediciosos, se querem aproveitar da mínima ocasião para alterarem os povos”. Admite estar no meio de uma verdadeira guerra de informações – na qual colaboravam inclusive os líderes da revolta de Vila Rica presos no Rio de Janeiro – que dificultava a estabilidade quando “vão crescendo as sugestões e a confusão”, pois “os que são leais entre os poucos que se encontram, andam tremendo de medo, e os infiéis valendo-se da ocasião para aumentar o seu partido”.³²

Em seu *Discurso sobre a revolta de 1720*, Assumar reproduziu o pasquim tão provocativo quanto incomum que saiu, mais uma vez, “na manhã seguinte” à festa

Med. Bon. Dico. [1]
em res miserem
Nao. mibom fora
da. Todos verem
[2] O Bataze adoberba
[3] O Bataze. e sim
de clarom agora
que mixamo pisquim
[4] eu quero falax
[5] mo. is na. no. d. d. r. e
fal tam. e. a. l. l. i. g. e. n. s. i. a
[6] p. e. t. o. b. r. a. f. a. z. e. r
[7] O b. r. a. n. o. u. f. a. z. e. r
[8] p. o. v. e. s. t. a. d. e. r. o. b. r. i. g. a. d. o
[9] q. u. e. r. s. a. g. o. r. a. d. a. s. p. r. e. n. s. i. p. i. o
[10] n. a. f. u. i. c. o. m. u. i. d. a. d. o
[11] U. e. N. a. m. e. a. s. i. r. g. e. m. m. a. r. i. a
[12] u. a. l. l. a. m. e. a. d. a. p. a. v. e. r. a
[13] O. l. o. r. e. m. t. e. r. d. o. e. s. t. e. p. o. p. u. l. o
[14] C. a. i. p. l. e. b. a. i. r. o. d. a. n. z. a

Capitulo. [6]

O p. n. o. u. d. o. c. a. l. a. m. b. a. i. u.
N. o. t. i. c. i. a. s. u. o. s. q. u. e. r. o. d. a. s.
d. o. n. o. s. o. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
q. u. a. n. d. o. f. o. i. o. g. e. n. e. r. a. l.
d. i. z. e. o. g. e. n. e. r. a. l. p. r. o. p. r. i. o.
q. u. e. m. t. e. u. o. r. e.
r. e. s. p. o. n. d. e. u. e. t. c. [7]
S. o. u. e. u. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
s. a. r. g. m. o. r. d. a. c. o. m. p. a. n. i. a.
s. c. a. l. a. m. b. a. i. u. e. t. r. a. n. s. i. a. s.
e. m. a. i. z. c. o. n. t. o. r. n. o. e. f. r. e. q. u. i. t. a.
e. i. z. e. o. g. e. n. e. r. a. l. u. o. s. e.
e. v. a. d. o. r. d. a. m. a. n. g. u. e. i. r. a.

Ch. vera auo. am. que na. [3]
eu fui dor confid. ter. [8]
apove. falso anada monarca
podes. g. d. l. v. o. m. e. n. t. o. r.
[9] d. i. z. e. o. g. e. n. e. r. a. l.
[10] I. s. o. t. e. o. g. u. e. d. e. n. q. u. e. i. n. i. s. t. a. b. e. r.
e. r. a. s. c. o. u. r. a. s. e. i. d. e. m. b. a. r. a. s. o.
t. i. r. e. J. a. e. s. o. s. b. o. t. a. s.
e. p. o. s. t. a. s. e. J. a. d. a. s. e. s. t. i. s. o.
[11] a. l. i. e. a. d. e. s. e. n. d. e. n. s. i. a. t. u. a.
[12] f. i. c. a. r. a. v. i. l. e. a. b. a. t. i. d. o.
[13] p. n. a. o. s. e. r. v. i. t. e. m. p. u. b. l. i. c. a.
[14] e. l. e. v. d. e. t. o. d. o. s. r. e. b. a. t. i. d. o.
[15] d. i. z. i. m. e. J. a. f. a. l. s. o. t. r. a. i. d. o.
[16] d. i. z. i. m. e. c. o. n. t. r. a. t. i. i. v. a. d. o.
[17] t. a. r. v. i. l. e. a. d. e. r. a. l. m. a. d. o.
[18] m. a. r. i. o. l. a. e. s. c. o. m. u. n. g. a. d. o.
[19] d. i. z. i. m. e. c. o. m. p. e. n. a. d. e. m. o. n. t. e.
[20] p. a. t. i. f. a. m. e. n. z. o. n. e. i. r. o.
[21] e. r. c. o. r. t. i. g. o. s. q. u. a. t. u. a. r. t. e.
[22] e. m. o. t. i. o. d. e. c. a. n. e. i. r. o.
[23] d. i. z. e. o. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o. r. e. s. p. o. n. d. e.
[24] d. e. u. s. p. r. o. d. u. a. e. m. t. e.

O. c. e. o. s. q. u. e. d. e. s. p. a. n. t. o.
e. u. c. o. m. f. e. s. o. o. m. e. u. d. i. l. i. t. o.
d. e. s. e. r. f. a. l. s. o. a. d. o. b. e. r. a. n. a.
e. a. m. e. u. d. e. m. f. i. n. i. t. o. [19]
[20] f. o. r. t. i. s. e. m. q. u. e. r. i. a. e. u. p. o. r. e. i.
[21] e. t. o. d. o. s. o. m. e. u. s. p. a. r. e. n. t. e. s.
[22] e. t. o. d. o. s. n. o. s. p. a. t. i. f. e. c. i. m. o. s.
[23] e. m. f. o. r. c. a. d. o. e. t. r. a. d. e. n. t. e.
[24] e. r. t. a. s. d. i. z. o. r. d. e. m. f. i. c. a.
[25] c. o. m. o. a. b. o. v. o. c. a. d. o. v. a. t. o.
[26] d. e. q. u. i. n. o. t. i. o. d. e. c. a. n. e. i. r. o.
[27] a. p. e. r. e. m. f. o. r. c. a. d. o. e. m. e. s. t. a. t. o. a.
[28] t. u. d. o. i. s. o. f. o. i. p. r. e. s. i. z. a.
[29] p. r. o. e. m. a. e. m. t. h. o. d. o. m. u. n. d. o.
[30] b. a. t. a. z. e. a. s. o. b. e. r. p. i. a.
[31] c. a. s. t. i. a. n. o. s. t. o. d. o. r. g. u. n. t. o.

l. i. z. e. o. t. e. n. e. n. t. e. c. o. r. p. o. r. a. l. p. e. r. i. t. a. [1]
[2] o. l. o. m. e. m. r. e. g. a. r. a. d. a. e. s. e. s. t. e. r. m. a. s.
[3] d. e. s. e. r. f. a. l. s. o. s. a. s. o. b. e. r. a. n. a.
[4] a. t. r. i. v. i. d. u. s. e. m. s. o. l. e. n. t. e. s.
[5] n. a. o. r. e. c. o. n. t. a. s. t. a. n. t. i. r. a. n. o. s.
[6] v. e. i. o. m. e. p. a. r. m. o. e. a. t. o. n. i. t. o. [7]
[8] a. f. l. i. t. o. c. o. m. l. a. l. d. a. n. o.
[9] v. e. i. a. m. p. o. u. o. o. d. u. s. e. z. o.
[10] d. o. b. o. b. r. i. n. t. o. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
[11] o. g. u. e. m. s. o. b. e. r. a. o. g. u. e. m. s. o. b. e. r. a. n. a.
[12] d. e. s. t. r. o. d. a. s. e. c. o. r. a. d. o.
[13] n. a. o. c. a. z. e. r. i. a. m. i. n. i. l. a. d. o. b. r. i. n. t. a.
[14] p. o. n. s. i. m. i. l. i. a. n. t. e. g. e. r. a. c. a. o. [15]
[16] d. e. v. e. m. o. s. a. c. a. b. e. s. a. a. o. m. o. n. a. r. c. a.
[17] a. v. i. d. a. p. a. l. a. c. o. r. r. u. v. a. s.
[18] a. a. l. m. a. a. o. a. l. t. i. m. o.
[19] c. e. r. t. a. d. a. v. e. m. o. s. a. t. l. e. a. n. i. m. a. s.
[20] m. o. n. a. r. c. a. e. s. c. l. a. r. i. f. i. c. a. d. a. [21]
[22] d. i. z. e. d. f. l. o. r. i. a. n. n. o. e. m. b. a. r. e. l. i.
[23] m. o. n. a. r. c. a. e. s. c. l. a. r. i. f. i. c. a. d. a. s. e. n. t. o. r. a.
[24] e. s. e. s. b. a. r. b. e. r. o. c. o. r. u. b. i. r. b. i. a.
[25] q. u. e. r. e. m. s. e. r. e. m. R. e. i. j.
[26] p. a. s. u. a. m. o. n. a. r. q. u. i. a.
[27] u. o. r. a. a. l. t. e. r. a. e. s. e. n. t. o. r. e. [28]
[29] n. a. o. u. o. r. p. a. r. e. s. a. d. e. r. e. s. t. o. r. i. a.
[30] e. o. c. o. r. r. e. i. o. t. i. r. a. d. e. n. t. e.
[31] a. n. d. a. u. a. c. o. n. s. p. i. r. a. c. i. o. d. e. c. u. r. r. i. o. l. a.
[32] v. e. i. a. a. v. o. r. a. m. a. g. i. s. t. a. d. e. [33]
[34] a. s. l. e. i. z. e. d. o. r. e. m. s. o. l. e. n. t. e. s.
[35] b. e. m. t. e. q. u. e. s. e. e. m. f. o. r. q. u. a. s. e.
[36] o. c. o. r. r. e. i. o. t. i. r. a. d. e. n. t. e.
[37] n. o. s. p. r. e. s. e. n. t. e. s. c. o. n. d. e. s. e. m. o. s. [38]
[39] o. m. n. o. s. m. o. n. a. r. c. a. s. u. e. l. l. o.
[40] c. a. n. a. s. m. i. n. a. s. q. u. i. r. i. a. d. e. v.
[41] o. d. i. a. b. o. d. o. s. b. o. q. u. i. m. d. i. l. u. e. r. i. o. [42]
[43] q. u. e. r. i. a. e. s. t. a. b. a. t. e. s. e. r. s. u. a. s. l. e. z. e. s.
[44] p. t. o. d. o. s. a. n. d. a. r. o. s. s. a. l. t. o. s.
[45] d. e. f. i. c. a. n. d. o. t. o. d. o. s. c. a. t. i. v. o. s.
[46] p. r. a. n. o. s. e. n. e. g. r. o. s. e. r. r. o. l. a. t. o. s.
[47] v. i. v. e. p. a. t. r. a. s. q. u. e. a. n. d. e. t. e. m.

D. d. v. e. i. o. o. d. e. c. a. r. r. o. [1]
[2] p. r. e. c. o. r. t. i. g. a. r. e. s. e. s. t. o. l. o. s.
[3] n. i. m. q. u. e. m. o. b. e. d. e. s. e. r. i. a.
[4] n. o. s. f. i. l. a. d. o. p. u. t. a. d. e. s. e. s. m. o. i. r. o. s.
[5] u. r. u. o. s. e. r. o. d. e. x. a. m. a. r. [6]
[7] t. e. l. a. v. i. d. a. c. o. m. o. d. a. n. t. e. s.
[8] t. a. o. b. e. m. g. e. o. r. a. u. a. e. m. b. i. a. d. o.
[9] d. u. p. a. d. r. a. e. l. e. v. i. g. o. r. e. t. u. d. a. n. t. e. s.
[10] e. s. t. a. f. i. c. a. p. r. e. s. c. r. i. t. a. [11]
[12] d. e. l. a. t. a. d. o. s. m. o. n. n. o.
[13] t. a. m. b. e. m. s. e. c. o. r. o. u. t. u. p. a. d. r. e.
[14] J. r. m. a. o. d. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
[15] a. p. o. b. r. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o. [16]
[17] d. e. r. g. r. i. a. t. a. d. o. s. e. m. v. e. n. t. u. r. a.
[18] d. e. r. e. b. a. t. i. d. o. n. a. t. e. r. r. a.
[19] d. e. t. o. d. a. e. s. c. r. i. a. t. u. r. a.
[20] e. o. r. t. o. d. o. o. o. r. b. e. d. a. t. e. r. r. a. [21]
[22] t. i. e. i. z. e. p. o. p. o. l. i. m.
[23] f. i. c. a. e. t. a. b. a. t. i. d. o.
[24] d. e. c. i. o. d. e. u. s. f. i. n. i. m.
[25] a. n. d. e. m. v. o. c. o. m. p. r. e. t. e. [26]
[27] q. u. e. n. a. s. a. a. m. i. l. l. o. r. f. l. o. r.
[28] o. n. i. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
[29] f. i. c. o. r. t. o. m. e. m. s. e. m. v. a. l. o. r. [30]
[31] q. u. a. m. e. s. t. a. n. a. s. e. q. u. i. n. a. s. a. z. a. r.
[32] e. p. a. l. l. e. n. o. m. i. n. o. s. g. e. r. a. b. o.
[33] q. u. e. n. o. v. i. a. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o.
[34] v. i. v. a. d. e. c. a. i. n. i. l. a. d. e. p. o. r. t. u. g. a. l.
[35] U. n. i. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o. [36]
[37] p. a. r. e. s. e. t. u. i. n. t. e. r. i. s. o.
[38] t. a. d. e. f. o. i. p. r. o. s. a. l. t. o.
[39] p. n. a. o. e. d. i. v. i. t. i. s. n. a. s. o. n. e. a. o.
[40] n. a. s. o. n. o. s. d. a. m. a. i. d. e. d. [41]
[42] t. o. r. r. o. z. a. r. i. o. d. o. s. p. r. e. t. o.
[43] e. r. r. i. t. i. v. o. s. e. d. a. p. o. r. i. g. e.
[44] e. r. r. e. n. e. g. o. t. a. l. l. a. l. d. u. g. i. t. o.
[45] t. o. m. e. p. r. a. b. a. n. d. a. d. e. s. i. m. a. [46]
[47] e. l. e. t. e. c. o. n. a. l. e. n. c. a. o.
[48] p. a. q. u. e. d. i. s.
[49] t. e. g. a. n. d. e. a. t. r. e. i. a. o.

n. a. o. v. e. r. p. e. t. a. n. d. o. o. n. i. a. l. v. a. d. o.
o. l. u. m. t. e. m. p. l. o. d. e. d. e. u. s. [36]
p. o. s. e. l. o. g. o. a. v. e. r. o. i. n. i.
q. u. e. p. a. r. e. s. i. a. t. u. f. a. z. e. r. e. u. s.
[37] J. a. t. e. m. i. s. o. p. r. o. f. i. s. i. o.
[38] e. s. t. e. J. u. d. a. s. f. a. v. i. r. e. u. s.
[39] d. e. t. e. s. v. i. c. t. o. r. i. s. c. o. m. m. u. n. i. c. e. u. s.
[40] n. a. c. a. r. a. d. a. m. a. i. d. e. d. e. u. s.
[41] e. s. t. e. f. a. m. o. r. o. J. u. d. e. u. s.
[42] t. e. m. a. l. t. u. r. a. d. e. l. i. d. t. u. r. c. o.
[43] N. e. g. o. u. a. l. i. s. a. o. c. o. r. s. o.
[44] N. a. t. e. s. v. e. r. o. i. n. i. c. o. m. m. u. n. i. c. o.
[45] U. n. i. e. M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o. [46]
[47] d. e. i. z. e. d. i. a. b. o. s. i. m. i. l. i. a. n. t. e.
[48] p. a. d. i. v. i. t. a. r. e. c. o. m. e. s. t. a. o. b. r. a.
[49] q. u. e. e. r. t. a. c. o. u. r. a. g. a. l. a. n. t. e.
[50] M. a. n. o. e. l. c. a. e. t. a. n. o. e. u. t. d. i. g. o. [51]
[52] q. u. e. a. b. a. t. o. s. s. e. v. e. r. f. i. l. l. o.
[53] d. e. l. i. d. p. a. i. g. i. m. e. n. t. o. t. e.
[54] p. n. o. m. e. c. o. m. i. o. s. m. i. l. t. e.
[55] a. c. a. b. o. s. e. a. c. a. b. o. s. e. [56]
[57] a. c. a. b. o. s. e. m. e. a. s. u. r. a. m. e. n. t. e.
[58] a. q. u. i. f. i. n. d. o. e. s. t. a. o. b. r. a.
[59] p. r. o. t. o. m. e. n. s. d. o. a. l. e. v. a. n. t. e.
[60] d. e. z. i. m. a.
[61] s. e. i. a. g. a. n. t. e. c. o. n. a. t. e. n. c. a. o.
[62] o. b. e. m. d. e. l. i. u. p. r. a. v. e. r.
[63] d. e. v. e. r. e. m. e. s. t. a. o. b. r. a. f. a. z. e. r.
[64] f. a. c. a. o. g. r. a. d. a. r. m. o. n. i. a. r.
[65] d. e. l. i. u. s. p. r. o. p. r. i. a. a. l. e. g. u. i. a.
[66] m. i. t. e. z. p. i. r. o. u. a. m. i. n. i. l. a. v. i. o. n. t. a. d. e.
[67] a. g. o. r. a. e. m. m. e. n. d. a. r. s. e. a. d. e.
[68] g. r. a. t. i. f. e. d. o. m. a. l. u. a. d. o.
[69] J. e. s. u. s. J. e. s. u. s. a. s. o. i. t. a. b. o.
[70] n. o. p. o. l. o. v. i. n. t. o. d. a. d. i. d. a. b. e.

Handwritten signature or initials in the top right corner.

de aniversário da esposa do governador, avisando que seus dias no governo de Minas estavam contados. Em latim, dizia: *Conversus Joannes respexit Petrum, Petrus autem exhibit foras, et flebit amare*.³³ Muito diferente seria a linguagem dos protestos que explodem em Minas mais de uma década depois. A circulação de papéis anônimos nas paredes das igrejas e pelas ruas colaborou também para a instabilidade política no sertão do rio São Francisco quando das sedições de 1736. Mas essa gente não falava latim.

Na ocasião eles foram também fundamentais como instrumentos de mobilização popular. Em meados de 1736, durante os protestos, foi divulgado um “edital, ou carta que o povo (ou algum bribante³⁴ em seu nome) fez pública nessas partes”, segundo um dos oficiais que circulava pelo arraial de Almas do Rio das Velhas. Ainda que o autor do comentário não o mencionasse, é possível que estivesse se referindo à convocação de um pasquim rebelde típico, de uma fúria desabrida:

Fazemos saber a todos os senhores moradores e assistentes, e passageiros, assim brancos como mulatos, e mulatas, e negras e negros forros, e assim toda a casta de gente, estejam aparelhados com suas armas, para defendermos, a que se não paguem os quintos por ser bem comum, porquanto o sertão não se tira ouro, nele, e assim, irmãos meus, devemos defender este partido até a última gota de sangue para não ficar por uso, um tão grande tributo, e para que não nos cavalgue o Sr. Martinho de Mendonça; como tem cavalgado as Minas; por sermos gente de todas as cores, e se não fizermos isto, não ficaremos bem; Pedimos e mandamos ao coronel Silvestre Pinto esta faça saber a todos até donde puder chegar o seu conhecimento, e temos por notícia que o sargento-mor José de Queirós está para ajuntar

a boiada para as Minas; e assim que esta vir, logo, logo, se deixe disso e de pagar os quintos, e não o fazendo assim há de ser primeiro, que se há de esquarterar.

[ass] Paulo Barbosa Pereira.³⁵

A carta do militar João Ferreira Tavares de Gouveia a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, governador interino da capitania (1736-1737), reportando àquele texto guarda outros indícios interessantes. Em seguida à referência à “carta que o povo fez”, não perde a oportunidade de oferecer à autoridade régia sua opinião a respeito daquelas circunstâncias em “que qualquer mulato ou negro que sabe escrever tem por estes desertos [sertão] confianças para estas e outras tais [atitude de fazer carta], sem temor de Deus nem das justiças”. A associação da autoria de tais pasquins com “mulatos ou negros” alfabetizados é reveladora.

Por outro lado, a carta descortina a estratégia dos rebeldes de substituir os avisos oficiais das autoridades colocados nos lugares públicos por pasquins apresentando mensagens seguramente opostas. Ao retirar os “bandos” do governador, anunciados em locais públicos e ao som de caixa, para depois serem pendurados à vista comum, transgridem o espaço destinado aos anúncios oficiais. Relata o soldado: “E aqui temos notícias que há poucos dias se puseram aqui nesta capela Arraial das Almas outros pasquins muito mais indecentes, e vergonhosos, em lugar de uns editais do Exmo. Sr. Gomes Freire de Andrade que o Comissário André Mora mandou fixar com outros seus, que poucas horas estiveram fixados”.³⁶ O gesto da troca dos papéis, que se repetiria em outros núcleos urbanos das Minas, sinalizaria a afirmação de novas práticas da cultura escrita. Tais textos, de maneira francamente desafiadora, subvertiam, por meio da apresentação de reivindicações e opiniões críticas, os textos usuais de ordenação política emanados do poder.³⁷

Em outras circunstâncias, comentários sobre tais papéis dirigidos a religiosos servem para elucidar a tensão que geravam. Um tal Francisco Gomes da Cruz é preso e enviado para o Rio de Janeiro por ordem direta de Martinho de Mendonça porque, “além do seu gênio revoltoso”, agitando Vila Rica e Vila Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo, havia “mostrado [a] muita gente os pasquins desaforados que nas duas vilas saíram” atacando ao mesmo tempo três importantes instâncias eclesiásticas: o visitador e comissário do Santo Ofício e os vigários da vara das duas vilas.³⁸ Na carta deixa a entender o missivista que mantinha uma vigilância permanente na circulação dos pasquins na capitania, confiando o ilustrado governador que esse tipo de manuscrito doravante correria com mais discrição.³⁹

Nas Minas, em 1737, ocorrem também manifestações do visitador e comissário do Santo Ofício a respeito do ataque pessoal que julga receber nos mesmos papéis sobre os quais o governador escreve. Ainda que não tenhamos em mãos os originais, a linguagem e as alusões empregadas nos textos, dessa vez, dissimulam o suficiente para não deixar que os alvos das críticas se autorreconheçam. É o que diz o visitador: “fico absorto com as notícias dos pasquins, na dúvida se sou eu matéria deles, se V. Sra.”. E, enquanto o governador encarcera um sujeito acusado de difundir os textos, o visitador revela caminhos próprios para investigar a autoria. Depois de afetar na carta ao governador a humildade habitual (“se sou eu [o alvo dos pasquins] menos o sentireis, pois é ainda diminuta a pena aos meus defeitos, o andarem escritos pelas paredes”), mostra toda sua fidelidade ao governante: “porém se é V.Sra. o neles misturão, e foi eclesiástico o autor, confesso a V.Sra.; o chorareis com lágrimas de sangue”.⁴⁰

Também diz-se vigilante em relação aos pasquins, “não tenho tido de tais pasquins mais notícias”.⁴¹ Naquele universo nem sempre os alvos se reconheciam:

“ainda que desconfio o autor, não sei contra quem se encaminham”.⁴² Deixa escapar ainda o reconhecimento do potencial destrutivo dos pasquins e de sua função de expressar resistência ao governo temporal. Diz mais o visitador: “não hão de ser pasquins o estorvo com que o Demônio há de conseguir, não faça eu a minha obrigação”.⁴³

As “mãos embuçadas” – segundo expressão de Rita Marquilhas⁴⁴ – que rabiscavam panfletos em Minas não estavam distante das igrejas. A velha rixa que movimentara a oposição dos clérigos ao pagamento dos quintos por parte dos mineiros no início do século XVIII, renovada pela expulsão dos religiosos do território das Minas às vésperas de 1720, permanecia. Por sua vez no sertão, circula em diversas cópias manuscritas um pasquim trazendo a oração do Pai Nosso em forma de paródia.⁴⁵ Eis uma de suas versões abreviadas:

Padre nosso dos moradores das Minas Gerais e minas novas dos currais, minas de vários metais, minas do rio das mortes, minas do Sabará, fortes, minas do serro do frio, minas de prover seu brio, minas dos goiases, minas dos topazios, minas do inferno, minas de todo o universo, saibam que é na forma seguinte.

1
Rei Senhor Soberano
humildes a vós suplicamos
e a nós todos cla[ma]mos

2
-----Padre nosso
Arrastado o reino vosso
pelas minas e currais
ainda dizem que estais

3
-----No céu
Mas não acredito eu
pois tanto nos atropelais
por essa razão não estais

4
-----Santificado
pois não. Atendeis o grande brado
destes pobres moradores
porque todos dizem com dolores
5
-----Deixa
Todo este povo [o queixa?]

Em Minas do inferno
Apóstolo de Cristo
Desculpa
Sr. Dr. Deus...
Sendo com seja a súplica por...
Me manda a V.S. que aquele pobre.

Vocabulário efêmero

Tudo conspira para que pasquins sejam uma espécie de documento por excelência dos protestos. Os pasquins mobilizam uma linguagem, encaminham propostas em vocabulário de um profundo radicalismo, apropriados para o tempo das revoltas. Os “pasquins e os folhetos anônimos – afirma João Luis Lisboa – são aqueles onde a violência pessoal e política é mais solta [...] Os pasquins são a voz de alguém que agride”.⁴⁶

Nas rebeliões, eles não praticam uma agressão qualquer, tampouco violência pessoal e política comezinha. Para tais movimentos políticos coletivos, agregando pessoas de condições, vontades e expectativas distintas, formados por grupos muitas vezes submetidos às cadeias hierárquicas de dependência que desconhecem a ação política comunitária, a autoridade de uma voz representa uma força extraordinária. A variedade de referências sobre esses papéis nas revoltas mineiras desenha uma cartografia reveladora de sua função.

A violência pessoal, nessas circunstâncias, podia fazer a diferença, convertendo em alvos da turba os personagens locais que simbolizavam as dificuldades então vividas: “Para que não nos cavalgue o Sr. Martinho de Mendonça, como tem cavalgado as Minas”, sinalizava a convocatória que circula pelo sertão levantado em 1736. Com a devida escala desafiavam, e sustentam até a queda de oficiais régios, como fazem os textos latinos que agitam as pasquinadas na rebelião de 1720, em Vila Rica, ao sugerir que Assumar não permaneceria na cadeira por muito mais tempo.

Pasquins reforçam a unidade do movimento, ainda que fazendo uso de uma alegada violência. Assim como nos tumultos em Salvador, então capital da colônia, contra o aumento do preço do sal – em que a turba motivada pelo que leu nas paredes atacou e destruiu o depósito do contratador –, em Pernambuco, o partido da açucarocracia usou os pasquins para ameaçar de prisão e confisco dos bens traidores que ficassem ao lado dos mascates. Assim como na década de 1710 o fez Manoel Nunes Viana, os líderes da revolta de Vila Rica também fazem crer, em 1720, que atacariam aqueles que se recusassem a sonegar o imposto do quinto, contra o qual lutavam.

A voz dos pasquins, instituída por uma autoridade e assim vislumbrada na escrita pelos setores populares, aglutina leitores.⁴⁷ O conde de Assumar, em 1720, reconhece seus efeitos: “os que são leais entre os poucos que se encontram, andam tremendo de medo, e os infiéis valendo-se da ocasião para aumentar o seu partido”.⁴⁸ Eram ainda veículos exclusivos dos discursos radicais, que ultrapassavam as alusões à morte dos contrários.

Esses pequenos papéis trazem grandes ameaças à ordem política quando sugerem o rompimento com a soberania régia. Os pasquins parecem ter sido os

veículos preferidos para tais sugestões dirigidas pelos sublevadores aos demais rebeldes. Ainda que incapazes de dilacerar a ordem corporativa e a unidade política – que muitas vezes se afirmava nesses mesmos protestos sob os gritos de “Viva o Rei!” –, as frases capazes de assustar os poderosos encontraram nesses papéis sua melhor expressão. Em Minas como em outros lugares do Ocidente moderno.

Nas revoltas da Galícia na segunda metade do século XVII, quando a separação entre os reinos de Espanha e Portugal estava se acomodando, panfletos mencionam queixas à Coroa espanhola. Lembravam com uma linguagem muito direta “que têm perto a Portugal”, sugerindo ao enunciar essa proximidade que à essa coroa iriam recorrer se os abusos de que se queixavam não fossem corrigidos.

O protesto, nesse caso, escreve Maravall, “une-se a uma grave ameaça de secessão”.⁴⁹ Ideia não muito diferente defendeu um dos “papéis abomináveis” aparecidos durante as alterações de Beja, Portugal, no final do século XVI, pregando que os povos se levantassem e buscassem outro rei.⁵⁰

Em uma colônia distante do reino, o alarme de rompimento soou algumas vezes, muitas delas nesses “pasquins insolentes”, como na revolta do Maneta da Bahia, onde, segundo o governador geral do Brasil, “ameaçavam reconhecer vassalagem a outro senhor se não fosse suspensa a execução dos novos tributos”.⁵¹ No sertão das Minas, em 1736, uma das versões do Pai Nosso então divulgada se dirigia ao soberano: “Não queirais fazer-se celeiro/do suor de tais vassalos”, e insinua, “E sabeis que com a vontade estreita/ os pobres vos obedece [sic]/ porque vossa crueldade merece/ Não se faça a vossa vontade”.⁵²

São papéis estimuladores da ação política direta, da revolta formal, atitude que escapa às expectativas das

formas tradicionais de resolução de conflitos no Antigo Regime. Mais grave, os pasquins dialogam com os grupos populares, não para levá-los ao confronto bárbaro com que tradicionalmente são compreendidos, mas para adensar a qualidade de suas demandas. São, ao mesmo tempo, ferramentas para que se ultrapassem no plano da política os abismos que separavam as escalas sociais, encorajando a população ao enfrentamento das autoridades, dos vereadores vacilantes, dos açambarcadores cobiçosos. Inoculam confiança em um meio habitualmente paralisado pela força da hierarquia. Frágeis, desabridos, corajosos papéis, verdadeiros catalisadores, ao serem capazes de mobilizar grupos populares para a ação direta, ameaçadores à ordem são, ao mesmo tempo, veículos destinados a produzir um discurso e levantar bandeiras uniformes onde antes parecia haver apenas uma consciência política desarticulada.

Ocultos no momento em que são afixados, sempre à noite, ao tempo em que as ruas estão vazias, disfarçados sob anonimato, sugerem uma força desafiadora entre os insatisfeitos. Ao escaparem da repressão – uma vez que as autoridades mostravam-se geralmente incapazes de identificar a autoria –, desafiavam os mecanismos de reiteração da violência e da imposição das hierarquias, uma vez que os instrumentos de governo mostram-se impotentes para punir exemplarmente aqueles que praticam um dos crimes mais odiosos à monarquia.

Revoltas formais não eram ações simples de se levarem a termo. Não bastava um alto grau de insatisfação para reunir multidões comprometidas nas ruas. Mobilizar uma comunidade imersa em rígidas hierarquias, temerosa de castigos – terrenos e divinos –, diversificada em suas funções, profissões, níveis econômicos, sem poder contar a contribuição de escravos para uma campanha armada de desafio e enfrentamento de autoridades régias, era algo pouco convidativo para a maioria dos homens comuns.

As noções de Direito, que muitas vezes apontavam para a ação coletiva direta, e a voz comum decerto eram decisivas, mas a mobilização ampliada, que aumentava a chance de sucesso e reduzia os riscos de punição, dependia de estímulos. Foi recorrente nos relatos sobre os primeiros momentos dos movimentos rebeldes urbanos a circulação de bandos batendo às portas dos moradores convocando-os para sair à rua. Os pasquins com palavras de ordens, diretivas e ataques a personagens que atraíam a fúria coletiva parecem ter representado outra forma de persuasão. São eles que escolhem os alvos, tornando-os coletivos, apontam e dirigem a energia do movimento armado impedindo que ele se perca em atos pulverizados caracterizando desordem e falta de propósitos claros. Esses papéis efêmeros revelam mais que agitação e ódio que provocam no tempo em que circulam. Tal modalidade de texto traduz uma experiência indicadora de uma prática de escrita desafiadora, em expansão por grande parte do Ocidente moderno, que confronta os papéis do poder, expostos desde há muito em lugares públicos para ordenar e disciplinar o coletivo.

Os estudiosos de edições como a desse tipo costumam reconhecer o lugar particular dos pasquins.⁵³ A produção de certo tipo de texto manuscrito de natureza política – como eram os pasquins em instantes de protesto – atendia às formas de transmissão da cultura popular. Conforme João Luís Lisboa singularizando os papéis políticos:

[...] este tipo de folhetos [sátiras manuscritas] [...] não era conhecido apenas pela leitura direta. Ecoavam. Falava-se deles. Daí que funcionassem como os pasquins que então também apareciam com alguma regularidade, e que representavam outra forma concreta do manuscrito. Um papel anônimo afixado em lugar estratégico, com uma mensagem curta, legível, direta, rapidamente removido do sítio, mas provocando uma forte e durável repercussão.⁵⁴

Os papéis pendurados nas paredes das Minas nascem de uma conquista situada desde os primórdios da Idade Média na Europa ocidental. Assiste-se ao surgimento de outras formas de cultura escrita além do espaço privado, lentamente triunfando. A “conquista gráfica dos espaços públicos”, como chamou Antonio Castillo Gómez.⁵⁵ Com o crescimento das cidades e dos espaços urbanos, resgatando atividades civis, políticas, religiosas e militares, tornam-se usuais as inscrições nas paredes e monumentos públicos, registrando feitos memoráveis, alguns deles de caráter funerário e *graffiti* feitos em muros, igrejas e castelos. Uma das modalidades dessas “escritas expostas”⁵⁶ nada tem a ver com as elites e sua preocupação em narrar publicamente a celebração de feitos políticos, religiosos ou militares; tampouco quer registrar um diálogo com o além; ou exprimir uma vontade mais difusa de desenhar.⁵⁷

Essas práticas da cultura escrita oferecem condições para que no domínio público documentos cívicos, textos políticos e religiosos se mostrem mais visíveis a toda a sociedade. A partir dessa forma de comunicação os poderes buscam adesão ao projeto político e seus princípios normativos. Mas no coração do espaço público cabem também o protesto, a crítica, a sátira, fenômenos já de fins da Idade Média. Na Itália certa modalidade de protesto – quando se colocava ao pé da estátua de Pasquino escritos que seriam lidos por todos – ganharia no século XVI o nome que consagraria mundo afora a tradição de divulgar em papéis na rua ataques a desafetos: as pasquinadas.⁵⁸ E mesmo antes, nos idos de 1460-70, em Valência, Espanha, aparece à noite um escrito: “Señores, por el bien del reino, al primer grito todos sean pertrechados con sus armas y den muerte a los traidores de los malos consejeros”.⁵⁹

Tais escritos de protesto, designados *albarans de commoure* (“panfletos de agitação”, em livre tradução), abrem caminho para a crescente e incontornável ação de expor em lugares públicos – em locais

que não eram destinados para esse fim – escritos reivindicativos afixados sem consentimento das autoridades. Antecipam uma intenção que perduraria, conforme salienta Antonio Castillo Gómez: “Por mais que se trate de produtos escritos destinados a uma exposição por tempo limitado e a um consumo amplo e rápido, esses objetos de leitura coletiva certificam a vontade de criar opinião”.⁶⁰

Mão dupla

Desaforados, escandalosos, insolentes, abomináveis, sediciosos. Muitos adjetivos se aplicavam a esses papéis que apareciam pela manhã afixados em muros e paredes das cidades mineiras. Na segunda metade do século XVIII, mudam as orientações da política portuguesa para a capitania, arrefecendo os protestos, mas não muda a atração que os pasquins continuam a exercer sobre a população.

Nem sempre as pasquinadas estiveram associadas a rebeliões. Nem por isso deixaram de ser um instrumento habitual de ataque e crítica às autoridades e inimigos de vizinhança em Minas Gerais. A se considerar a comarca de Ouro Preto, ao longo da segunda metade do século XVIII há certa regularidade no uso dessa forma de ataque aos poderosos. Carmem Silvia Lemos, que analisou as diferentes suspeitas de crimes que mobilizaram os juízes locais de Vila Rica, menciona aquelas que se referiam a “pasquins sediciosos” e, com base em um dos livros de devassa, relaciona as ações judiciais a respeito “de pasquim e papel injurioso à Câmara de Vila Rica”. Assim, em 10 de fevereiro de 1772; um pasquim contra José Pimenta, em 16 de fevereiro de 1773; “pasquins que apareceram feitos ao Reverendíssimo Excelentíssimo Senhor Luís da Cunha Menezes, Governador Capitão General que foi desta Capitania e sua família e a outras pessoas”, em 18 de julho de 1788; de

pasquins “feitos a João Batista de Freitas, homem branco, e achados na esquina de sua própria casa, de frente da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz”, em 4 de fevereiro de 1791. É uma amostragem representativa para um período de pouco mais que 50 anos sobre uma das comarcas mineiras; amostragem temperada pela suspeita da autora de que os pasquins contra o governador Luis da Cunha Menezes fossem as *Cartas Chilenas*, atribuídas a Tomas Antonio Gonzaga.⁶¹

“Papéis escandalosos” irrompem em alguns arraiais mineiros na fase tensa que sucede à expulsão dos jesuítas do reino, em 1759.⁶² Lavrados por clérigos, não chegam a sugerir planos de uma revolta, mas as palavras espalhadas de mão em mão, somadas a pregações e opiniões descuidadas que escaparam dos círculos de confiança, exercitaram toda a capacidade crítica provocada pela insatisfação dos simpatizantes dos jesuítas.⁶³ Sob as frestas das portas de algumas casas em Vila Rica, panfletos são passados de noite anunciando a falsa morte do rei e a queda do marquês de Pombal, usando “termos injuriosíssimos”, nas palavras de Leandro Catão. Perto dali, em Mariana e Sabará, circulam elogios fúnebres dedicados ao “falecido Dom José I”.⁶⁴ A contrainformação dessa pasquinada chega ao sertão, onde circulam cópias de um suposto breve do papa atacando o soberano de Portugal por sua responsabilidade na expulsão da Companhia de Jesus e pela grande crueldade na punição dos envolvidos na tentativa de regicídio.⁶⁵

A máquina editorial lançou mais papéis, dessa vez no arraial de Curvelo, no início de 1760. Mencionavam as execuções capitais no reino que haviam moído membros da nobreza portuguesa, condenados por tentativa de regicídio. Atitude que – segundo um desses escritos – só se viu na “Cidade de Roma no tempo de Nero, e Diocleciano, e em Rei católico tal não se viu, porém se vossa Majestade teve ou não

razão, no Tribunal Divino se averiguará”.⁶⁶ Esse e muitos outros agitando várias das comarcas mineiras não dão sossego às autoridades.

Pasquins eram papéis que corriam em mão dupla. Ainda que seu uso em Minas pontue os momentos de conflitos de toda natureza eclodidos no século XVIII, atacando as autoridades e sustentando ações políticas de resistência, circulou um exemplar com três (?) cópias – distribuídas nos arredores da cidade de Mariana, em 1798 – que defendiam a rainha de maneira exacerbada.⁶⁷ Como um típico panfleto infamatório, a pretexto de desancar um desafeto, esses exemplares, ainda preservados, revelam a incrível capacidade desse tipo de manuscrito de se reinventar, mesmo não sendo os únicos que em público adulavam os poderosos.

Abata-se a soberba
abata-se assim
declaro-me agora
que me chamo pasquim⁶⁸

O manuscrito em duas folhas – três colunas na primeira, duas na segunda – com estrofes numeradas em “capítulos” de 1 a 41 é dirigido ao “povo do Calambau” e adota a forma de diálogo entre “Manoel Caetano, sargento-mor da companhia de Calambau”, participante da Inconfidência Mineira, e o “General” que o interroga duramente sobre o delíto.

[...] quem esta nas esquinas achar
espalhe nas minas gerais
que morte [a] Manoel Caetano
viva a Rainha de Portugal [...]

A adesão à monarquia era repetida no pasquim, muitas vezes:

devemos a cabeça ao monarca
a vida pelas honras

a alma ao altíssimo
e esta daremos até anos

E ainda:

monarca esclarecida senhora
esses barbeiros com soberba
querem serem [sic] Rei
na sua monarquia

Em linguagem forte, revelando todas as propriedades de um pasquim, detrata Manoel Caetano e os “homens do levante”, os inconfidentes: “falso, traidor”, “desalmado mariola excomungado”, “patifão inzoneiro”, “judas fariseu” e, até, “filho de um pai jumento” são ofensas atiradas ao sargento. Elas não param por aí. A sátira narra com indisfarçada satisfação a prisão de um grupo de inconfidentes no Rio de Janeiro, entre os quais estaria Tiradentes e o sargento-mor Manoel Caetano, primeira ação do longo processo repressivo e investigativo da devassa da Conjuração Mineira. Para eles as palavras são duras:

veja a vossa majestade
as leis dos insolentes
bem é que se enforcasse
o correio Tiradentes

E completa, confiante na justiça divina:

de [Deus?] veio o socorro
para castigar esses tolos
ninguém obedeceria
os filha da puta [sic] desses mouros

Esse exemplar, na contramão do que se fez ao longo de todo o século, foi o único pasquim do século XVIII que parece ter sobrevivido, como um provocativo lugar de memória. E um testemunho do acaso. Desapareceram quase todos os originais de papéis incendiários que, espalhados pelas ruas, transpiraram

ódio aos poderosos, respingando por vezes no soberano. Foi preservado em Minas Gerais apenas um exemplar, e suas cópias, que registram um sentido contrário ao que marcou o século que ali caminhava para o esgotamento: a fidelidade cega a Portugal, à fé católica e à soberana.

Por outro lado, no mesmo ano em que circulam em Minas esses pasquins, Salvador da Bahia, em alguns dias de 1798, amanheceu repleta de papéis anunciando projetos de um programa revolucionário que pretendia varrer o domínio de Portugal da colônia e atacavam frontalmente o poder da monarquia.⁶⁹ Diante disso parecem apropriadas as palavras do historiador Robert Darnton, que, mesmo vasculhando meticulosamente os panfletos que difamaram as autoridades francesas no século XVIII, ainda assim admitiu: “Não há respostas definitivas, nesse tipo de história cultural, mais adequada para abrir novas linhas de investigação do que fechá-las com uma conclusão”.⁷⁰

RESUMO | No processo de agitação que preparava e conduzia as rebeliões coloniais em Minas Gerais, era frequente o aparecimento de manuscritos fixados, na calada da noite, em portas e paredes das cidades mineiras. O texto conecta essa prática cultural à tradição surgida na Europa desde o século XVII e disseminada em outras revoltas na América portuguesa. “Pasquins”, como eram designados esses papéis, às vezes ligados à sedição, outras vezes destinados a infamar desafetos, empregavam quase sempre uma linguagem tão radical que podia atingir a figura régia, centro da ordem política. Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de bolsa de produtividade do CNPq *Tradições intelectuais e lutas políticas na América portuguesa moderna, séculos XVI-XVIII*. Agradeço à professora Márcia Almada, da UFMG, por suas decisivas sugestões.

ABSTRACT | The public clamor that anticipated and led to colonial rebellions in the State of Minas Gerais was frequently presaged by the appearance of flyers affixed on doors and on walls of cities in the middle of the night. The text links this cultural practice to the tradition coming from Europe since the XVII century and disseminated during other revolts in Portuguese America. These flyers, called “Pasquins”, at times linked to sedition or to express complaints, almost always used language radical enough affect the figure of the king, who was at the center of the political order. This article was developed within the context of the CNPq study grant project entitled *Intellectual Traditions and Political Struggle in XVI-XVIII Century Portuguese America*. I wish to thank Prof. Márcia Almada for her important suggestions.

Notas |

1. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.* Coimbra: Companhia de Jesus, 1713. p. 296. Disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/search?fq=dc.contributor.author:%22Bluteau,+Rafael,+1638-1734%22>. Acesso em: 26 mar. 2014.

2. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 789. v. 2, p. 405.

3. Esse variado conjunto de fontes pode ser encontrado no site colaborativo *Impressões Rebeldes – palavras e documentos que forjaram a história dos protestos no Brasil*, www.historia.ufrj.br/impresoesrebeldes, desenvolvido junto ao núcleo da Companhia das Índias, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e coordenado pelo autor.

4. MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 67. “[...] pensa-se convictamente no século XVII que a adversidade com a qual se sofre tem causas humanas, causas, portanto, que podem e devem ser corrigidas.” p. 72.

5. MARAVALL. *A cultura do barroco*, p. 97.

6. MARAVALL. *A cultura do barroco*, p. 95.

7. TORRALBA, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982. 2 v.

8. “Pasquim que amanheceu a 4 de outubro de 667, andando o povo amotinado contra as traições do conde de Castelo-Melhor. Cópia do século XVIII”. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, códice 589, f. 76.

9. ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 330-331.

10. SILVA, José Justino de Andrade. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa - 1620-1627*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1855. p. 159. Citado no *Luris Lusitaniae*. Fontes históricas do Direito português. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/verlivro.php?id_parate=96&id_obra=63&pagina=901. Acesso em: 10 mar. 2014.

11. Citado por ARAÚJO. *O teatro dos vícios*, p. 330.

12. Assento do Tribunal da Relação da Bahia, 23 de novembro de 1684. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, códice 504 (Tribunal da Relação da Bahia), fl. 38v.

13. LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Intr. Peregrino Jr. e Graça Aranha. Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: INL, 1976. p. 434-435.

14. LISBOA. *Crônica do Brasil colonial*, p. 451.

15. O que abastecia as tropas de mantimentos, mediante certa soma assentada. Fonte: <http://aulete.uol.com.br/assentista#ixzz2wuYctNVb>. Acesso em: 24 mar. 2014.

16. LISBOA. *Crônica do Brasil colonial*, p. 451.

17. MORAES, Francisco Teixeira de. Relação Histórica e política dos tumultos... *RIHGB*, tomo 40, 1ª parte, p. 313.

18. LISBOA. *Crônica do Brasil colonial*.

19. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra*

mascates – Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 53.

20. MELLO. *A fronda dos mazombos*, p. 242.

21. Evaldo Cabral de Mello utiliza o termo “editais” ao se referir a esses papéis. Cf. MELLO. *A fronda dos mazombos*, p. 258.

22. MELLO. *A fronda dos mazombos*, p. 258-259.

23. Registro da carta que escreveu o senado a sua majestade sobre amotinação do Povo, 20 de novembro de 1711. In: CARTAS DO SENADO. [1638-1730]. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1951-1973. 6v. v. 6, p. 18-19.

24. BELLOTTO, Heloisa Liberali. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 253.

25. “Sobre os pasquins espalhados em São Paulo.” São Paulo, 3 de julho de 1767. PIZA, Antonio e Toledo (Ed.). *Coleção Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1896. v. XXIII, p. 187-190.

26. Ofício do morgado de Mateus ao conde de Oeiras. São Paulo, 3 de julho de 1767. Citado por BELLOTTO. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, p. 253.

27. MARAVALL. *A cultura do barroco*, p. 215.

28. CARTA de dom Pedro Miguel de Almeida ao rei sobre os camaristas de Vila Rica que perturbavam o seu governo. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Pombalina, cód. 479, fl. 55. Documento parcialmente transcrito por CAMPOS, Maria Verônica. *Governo dos mineiros*: “De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” – 1603 a 1737. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 173.

29. Carta de dom Pedro de Almeida ao rei; 8 de janeiro de 1719. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Minas Gerais, Papéis Avulsos, caixa 2, doc. 3; publicado em CARTAS do Conde... *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1, 1896, p. 159-260.

30. Folha de serviços do capitão Joseph Roiz de Oliveira, ca. 1731. AHU, Índia, caixa 34, ordem nº 44, 1731.

31. Dados de serviço de Manoel da Costa Fragozo citados na “Nomeação de pessoas para o posto de Mestre de campo governador da praça de Santos...”. AHU, cod. 22, fl. 128-129v.

32. Carta “PARA Ayres de Saldanha de Albuquerque”, governador do Rio de Janeiro. Vila do Carmo, 23 de janeiro de 1721. Correspondência do conde de Assumar depois da revolta de 1720. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, 1ª parte, 1901, p. 208.

33. “João, tendo se voltado, olhou para Pedro. Pedro, no entanto, saiu para fora e chorou amargamente.” *Discurso Histórico e Político...*, p. 93; também em CARVALHO, Feu de. *Ementário da História de Minas; Felipe dos Santos na sedição de Vila Rica, 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, [s.d.]. p. 69.

34. Vadio, maganão.

35. Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos do Brasil, livro 10, f. 95. Documento sem data. Não há pista na documentação, até o momento, sobre o autor, possivelmente um nome falso.

36. ANTT, Manuscritos do Brasil, v. 1, fl. 22-22v. Carta de João ferreira

Tavares de Gouveia a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença [capela Arraial das Almas], ca. 15 de agosto de 1736. Observe-se o uso da expressão “outros pasquins” em correspondência à “carta ou edital” aludida poucas linhas acima, reforçando o conceito mais amplo do termo.

37. Inspiro-me aqui nas interpretações de Antonio Castillo Gómez, estudioso dos papéis rebeldes, e de outras formas de escritas expostas. GÓMEZ, Antonio Castillo. El hilo de la historia. Entre la necesidad y el placer. La formación de una nueva sociedad del escrito (ss. XII-XV). In: GÓMEZ, Antonio Castillo (Coord.). *Historia de la cultura escrita. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Trea, 2002. p. 215-217.

38. Carta de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ao conde de Galveas, Vila Rica, 19 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 3, fl. 347.

39. “[...] depois disto tem saído outros de que ainda não tenho individual notícia porque com aquele exemplo se não farão tão vulgares”. Carta de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ao conde de Galveas, Vila Rica, 19 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 3, fl. 347.

40. Carta de Francisco Pinheiro da Fonseca a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Sumidouro, 13 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 15, fl. 67.

41. Carta de Francisco Pinheiro da Fonseca a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Sumidouro, 13 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 15, l.f 67.

42. Carta de Francisco Pinheiro da Fonseca a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Sumidouro, 13 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 15, fl. 67.

43. Carta de Francisco Pinheiro da Fonseca a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Sumidouro, 13 de novembro de 1737. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 15, fl. 67.

44. MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade de Letras*: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

45. ANTT, Manuscritos do Brasil, livro 10, fl. 213. Há ainda nesse código duas versões maiores da oração do Pai Nosso, com letras distintas; fl. 210 e 212-212v. Reproduzimos a versão completa em FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 40, p. 128-144, dez. 1999.

46. LISBOA, João Luís. “Tanta virtude...” em papéis correndo (persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA, 2. *Anais...* São Paulo: Mercado de Letras, 2005. p. 246-258. p. 8. O autor busca aqui diferenciar os “pasquins” das “notícias”.

47. GONÇALVES, Andréa Lisly. *Leitura e sedição*: literatura e ação política no Brasil colonial. (Paper).

48. Em carta “PARA Ayres de Saldanha de Albuquerque”, governador do Rio de Janeiro. Vila do Carmo, 23 de janeiro de 1721. Correspondência do conde de Assumar depois da revolta de 1720. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, 1ª parte, 1901, p. 208.

49. MARAVALL. *A cultura do barroco*, p. 95-96.

50. Citado por ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes*: política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000. p 140.

51. Carta do governador Pedro de Vasconcelos e Sousa ao Rei. [s.d.].

Citada por LAMEGO, Alberto. Os motins do “Maneta”. *RIGHBa*, v. 55, 1929, p. 360.

52. FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América portuguesa.

53. ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel*: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. (Cap. 2: Da atua pena, a tua vida..., p. 71-107). BOUZA, Fernando. Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n. 18, 1997. BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito*: una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001 (Cap. 1: Corre manuscrito. La circulación de manuscritos en la renovación de la história cultural, p. 27-84).

54. LISBOA. “Tanta virtude...” em papéis correndo, p. 4.

55. GÓMEZ. El hilo de la historia.

56. GÓMEZ. El hilo de la historia.

57. GÓMEZ. El hilo de la historia, p. 215, em que debate a mutação gradual que ocorre com a ampliação da importância dos escritos.

58. GÓMEZ. El hilo de la historia, p. 216.

59. GÓMEZ. El hilo de la historia, p. 217

60. GÓMEZ. El hilo de la historia, p. 216.

61. Em sua dissertação, a autora percebe uma significativa presença, no conjunto de 1.427 devassas tiradas na comarca de Ouro Preto (em sua maioria envolvendo ferimentos e mortes), de 23 devassas (17%) atinentes a “indícios incendiários”, ou “crimes praticados nas Minas setecentistas que ofendiam a ‘res pública’”, conjunto que contempla as pasquinadas. LEMOS, Carmem Sílvia. *A Justiça Local*: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p 105-106.

62. Laura de Mello e Souza provocou a atenção para a inconfidência do Curvelo no estudo “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (reeditado em SOUZA. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 105-107), p. 102. Para um tratamento mais abrangente sobre essa e outras inconfidências jesuíticas, seu contexto e singularidade, ver CATÃO, Leandro Pena *Sacrílegas Palavras*: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

63. Tais protestos transcorrem de maneira pulverizada em quatro localidades mineiras, entre 1760 e 1776: Vila Rica (1760), Curvelo (1760-63 e 1776), Mariana (1768) e Sabará (1775), manifestando traços de solidariedade com a Companhia de Jesus diante do episódio de sua expulsão do reino e das colônias.

64. AHU, Devassa de Inconfidência, caixa 110, doc. 29. Citado por CATÃO. *Sacrílegas Palavras*, p. 210.

65. CATÃO. *Sacrílegas Palavras*, p. 253.

66. CATÃO. *Sacrílegas Palavras*, p. 253.

67. Historiadores não deixaram escapar a originalidade desse pasquim. Laura de Mello e Souza tratou esse documento pioneiramente. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade

do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (Org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (reeditado em SOUZA. *Norma e conflito*, p. 105-107). ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas. *Revista Locus*, Juiz de Fora, p. 9-20, 2000. ANTUNES, Álvaro de Araújo; FERNANDES, Renata Duarte. A sátira setecentista: a intimização do Pasquim no espaço público. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 29. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, p. 65-80.

68. Pasquim anexo ao Auto de Devassa de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, códice 224, 2º ofício. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Reproduzido em SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, p. 404-405.

69. Há consideráveis estudos sobre esses pasquins na Conjuração Baiana. Especialmente sobre eles, ver: MATTOSO, Kátia. Bahia – 1798: os pasquins revolucionários. In: MATTOSO, Kátia. *Da Revolta dos alfaíates à riqueza dos baianos*. Salvador: Corrupio, 2004. p. 317-330. MOREIRA, Marcello. Litterae adsunt: cultura escrital e os profissionais produtores do manuscrito sedicioso na Bahia do século XVIII (1798). *Politeia: História e Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 105-133, 2004.

70. DARNTON, Robert. *O diabo na água benta, ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 309.